

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006. Itens 1.1.1 a 1.1.22 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo n.º 000590-151/2021
Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza, Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta fraude em benefício previdenciário
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao Recurso em Notícia de Fato, conforme art. 8º da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.2. Processo n.º 001963-710/2021
Requerente(s): João Pedro da Silva Brito e Maria Graciete da Silva Brito
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Barcarena e Secretaria de Saúde de Barcarena
Origem: 1º PJ de Barcarena
Assunto: Vacinação contra Covid-19 de adolescente
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao Recurso em Notícia de Fato, conforme art. 8º, inciso I da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.3. Processo n.º 000009-150/2021
Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta fraude no recebimento de benefício previdenciário
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao Recurso em Notícia de Fato, conforme art. 8º da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.4. Processo n.º 000623-151/2021
Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta fraude no recebimento de benefício previdenciário
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao Recurso em Notícia de Fato, conforme art. 8º da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.5. Processo n.º 005285-030/2018
Requerente(s): Anacleto da Silva Sousa
Requerido(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Município de Parauapebas e Depósito de Areia do Irmão
Origem: 6º PJ de Parauapebas
Assunto: Suposta ocorrência de poluição atmosférica praticada pelo estabelecimento "Depósito de Areia do Irmão"
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.6. Processo n.º 000001-084/2018
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Município de Rondon do Pará
Origem: 2ª PJ de Rondon do Pará
Assunto: Apurar falta de iluminação pública e abastecimento de água no bairro Novo Rondon
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.7. Processo n.º 002825-003/2021
Requerente(s): Eliezer França do Aido
Requerido(s): O Estado
Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém.
Assunto: Apurar possível irregularidade no recebimento do subsídio mensal estabelecido pela Lei 14.017/2020.
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO do DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, por força do art. 109, inciso I da CF/88.

1.2.8. Processo n.º 000013-151/2019
Requerente(s): Vereadora Marinor Brito (CMB)
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém e Vereador Mauro Freitas
Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa de propaganda eleitora irregular feita pelo Vereador Mauro Cristiano Freitas, bem como possíveis irregularidades nas obras de recuperação de acesso da praia "Vai quem quer", em Cotijuba

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o seu julgamento em diligências a serem cumpridas pela Promotoria de Justiça de origem.

1.2.9. Processo n.º 001702-036/2019
Requerente(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Benevides
Requerido(s): Denilson Oliveira de Aguiar
Origem: 4º PJ De Benevides
Assunto: Apurar possível infração ambiental consistente na prática de poluição sonora
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.10. Processo n.º 000101-340/2016
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): CR Supermercados
Origem: 11º PJ de Santarém
Assunto: Apurar possíveis irregularidades no saneamento nas calçadas dos Estabelecimentos Comerciais do Grupo CR Supermercados
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso II da Resolução n.º 002/2018-CSMP e do Enunciado 22 do Conselho Superior do Ministério Público, em razão da assinatura de TAC e instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o cumprimento do acordo.

1.2.11. Processo n.º 001265-125/2018
Requerente(s): Vania Lucia Seabra Gomes e outros
Requerido(s): Diversos
Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém
Assunto: Apurar possível desordem pública em praça localizada na Rua Bernal do Couto e suposta ocorrência de poluição sonora praticada pelos estabelecimentos "The Wall" e "Empório Belém"
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.12. Processo n.º 000077-113/2017
Requerente(s): Gerson José Ferreira Gomes
Requerido(s): Supermercado Líder
Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém
Assunto: Suposta ocorrência de poluição ambiental praticada pelo Supermercado "Líder Comércio e Indústria Ltda"
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o seu julgamento em diligências a serem cumpridas pela Promotoria de Justiça de origem, conforme art. 27, § 3º, inciso I da Resolução n.º 07/2019-CPJ.

1.2.13. Processo n.º 001918-094/2019
Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Izabel do Pará
Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude dos Idosos de Santa Izabel do Pará
Assunto: Apurar suposta ocorrência de poluição sonora praticada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Izabel do Pará
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.14. Processo n.º 000851-151/2021
Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e outros
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta fraude em benefício previdenciário
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao Recurso em Notícia de Fato, conforme art. 8º da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.15. Processo n.º 000896-151/2021
Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e outros
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta fraude em benefício previdenciário
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao Recurso em Notícia de Fato, conforme art. 8º da Resolução n.º 007/2019-CPJ. Itens 1.2.1 a 1.2.15 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.